

Do silêncio à palavra: O jornalismo científico como forma de descolonizar a notícia e afirmar a soberania amazônica na COP-30¹

Lorena Coelho de Oliveira²
Nathiel Sarges Moraes³
Universidade Federal do Pará (UFPA)

RESUMO

Este artigo analisa como o jornalismo científico auxilia na afirmação das populações amazônicas no contexto da COP 30. O objetivo central é refletir sobre a comunicação como instrumento de resistência, promoção da justiça climática e garantia do direito à informação. A pesquisa adota uma abordagem teórico-metodológica baseada em revisão bibliográfica, dialogando com Andrade (2010), Costa (2024), Bueno (2009). Os resultados apontam que a mediação crítica do jornalismo científico pode atuar como vetor estratégico para a valorização dos saberes tradicionais, o fortalecimento das identidades locais e a construção de soberania epistêmica e territorial na região.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo científico; Afirmação; Resistência; Amazônia; COP-30.

INTRODUÇÃO

A Amazônia, ao longo da história, tem sido alvo de múltiplas representações que oscilam entre a idealização paradisíaca e a condenação ao atraso civilizacional (GONDIM, 1994). Esse imaginário, construído a partir de interesses externos e reforçado por discursos estatais e midiáticos, consolidou uma visão estigmatizada da região, muitas vezes dissociada da realidade vivida. Em 2025, com a realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30)⁴, na cidade de Belém, a Amazônia será novamente projetada no

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho GT05NO - Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Natureza na Amazônia, evento integrante da programação do 22º Congresso de Ciências da Comunicação da Região Norte, realizado de 28 a 30 de maio de 2025.

² Graduanda de Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Desenvolve pesquisas acadêmicas na área de comunicação e violência. É membro do projeto de pesquisa Bioembalagens da Amazônia.

³ É designer, pesquisador e especialista em comunicação digital e novas tecnologias. Mestre em andamento em Ciências e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Pará (UFPA), possui especializações em Linguagens e Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (UFPI) e User Experience Design (PUCRS). Atualmente, integra o Laboratório de Biosoluções da Amazônia (LABA/UFPA), investigando novas abordagens, produtos e tecnologias sustentáveis.

⁴ A COP 30 é a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (Conferência das Partes), um encontro global anual onde líderes mundiais, cientistas, organizações não governamentais e

centro das atenções globais. Esse evento representa não apenas uma oportunidade de debate sobre o futuro ambiental do planeta, mas também uma arena simbólica em que narrativas sobre a floresta e seus habitantes serão disputadas.

Neste contexto, o jornalismo ocupa um papel estratégico, uma vez que é por meio da mídia que as questões ambientais são amplificadas, moldadas e direcionadas à opinião pública. O jornalismo, em sua função informativa e formadora de senso crítico, pode tanto colaborar para o reconhecimento dos saberes locais quanto reforçar lógicas coloniais de silenciamento. Quando aliado à divulgação científica — compreendida aqui como uma prática comunicacional que visa democratizar o conhecimento científico e traduzi-lo em linguagem acessível (BUENO, 1982) — o jornalismo se torna uma ferramenta poderosa de empoderamento social e afirmação cultural das populações amazônicas. Nesse sentido, o presente artigo propõe investigar o papel da divulgação científica, realizada por meio do jornalismo, na construção de uma narrativa de afirmação dos povos da Amazônia no contexto da COP 30.

Neste trabalho, parte-se da hipótese de que a COP 30, ao colocar a Amazônia em evidência, também reabre disputas simbólicas e narrativas sobre a região. O jornalismo, especialmente em sua interface com a ciência (BUENO, 1982), pode assumir um papel de mediação estratégica entre os saberes locais e os discursos globais, promovendo a visibilidade de práticas sustentáveis e contribuindo para a formulação de políticas públicas mais inclusivas. Diante disso, surge o questionamento: como o jornalismo, em especial a divulgação científica, pode contribuir para a afirmação e fortalecimento das populações amazônicas durante a COP 30, e quais os impactos dessa atuação na construção de um discurso próprio sobre as questões ambientais e climáticas?

METODOLOGIA

Este trabalho adota como abordagem metodológica a revisão bibliográfica sobre estratégias jornalísticas e representações sobre a Amazônia. Segundo Gil (2008), a revisão bibliográfica consiste na análise de publicações relevantes sobre um determinado tema com o intuito de compreender os avanços, lacunas e contradições presentes na produção científica existente. Trata-se de um procedimento fundamental para a construção do estado da arte em uma área de conhecimento, permitindo ao pesquisador dialogar com diferentes autores, correntes teóricas e perspectivas analíticas.

representantes da sociedade civil discutem ações para combater as mudanças do clima. É considerado um dos principais eventos do tema no mundo (COP 30 NO BRASIL, 2025).

A revisão bibliográfica tem um caráter interdisciplinar, articulando referenciais da comunicação, das ciências sociais, da história e das ciências ambientais. Foram selecionadas obras que tratam: (i) das representações políticas e simbólicas da Amazônia no século XX, com destaque para o ideário estatal e sua mediação pela imprensa (ANDRADE, 2010); (ii) dos determinantes históricos e institucionais do subdesenvolvimento da região e da disputa contemporânea em torno da soberania e da sustentabilidade (COSTA, 2024); (iii) da função social do jornalismo e da divulgação científica na mediação entre saberes técnicos e experiências locais.

A pesquisa também se apoia na leitura crítica de documentos e artigos que discutem a preparação da cidade de Belém para a COP 30, bem como o papel das mídias locais e alternativas na cobertura de temas socioambientais. Embora não tenha sido realizado trabalho de campo ou coleta de dados empíricos, o artigo propõe uma leitura analítica dos materiais selecionados, buscando sistematizar os argumentos e refletir sobre os possíveis caminhos para uma comunicação científica comprometida com os direitos territoriais, ambientais e culturais das populações amazônicas.

JORNALISMO NA AMAZÔNIA E COP 30: REFLEXÕES TEÓRICAS

A realização da COP 30, em Belém do Pará, configura um momento simbólico e estratégico para o reposicionamento da Amazônia nos debates globais sobre clima, meio ambiente e justiça social. No entanto, essa visibilidade internacional traz consigo o risco de atualizar discursos históricos de apagamento, apropriação e tutela sobre os povos da floresta. Neste cenário, o jornalismo — sobretudo em sua vertente científica — apresenta-se como campo crucial de disputa simbólica e política, capaz de mediar a produção e a circulação de sentidos sobre o território amazônico e seus sujeitos.

Historicamente, a Amazônia tem sido representada sob lentes exógenas, que projetam sobre ela imaginários de abundância natural, atraso civilizacional ou ameaça ecológica. Andrade (2010) demonstra como o ideário estatal do Estado Novo construiu uma retórica de dominação da floresta, baseada em discursos que exaltavam a intervenção do Estado como missão civilizatória. Esses discursos foram amplificados por uma imprensa nacional centralizada, comprometida com os projetos de desenvolvimento e integração nacional, em detrimento dos saberes e modos de vida locais.

Essa tradição de representação não se dissipou. Conforme Costa (2024), as instituições nacionais seguem operando sob uma lógica colonial, na qual a Amazônia é um espaço a ser ocupado, explorado ou preservado, mas raramente compreendido como um território de sujeitos políticos e epistêmicos. O autor aponta que “há uma permanência de um arranjo institucional exógeno e excludente, que trata a região como um apêndice periférico do país, quando não como uma ameaça ambiental global a ser controlada” (COSTA, 2024, p. 8).

Essa condição revela a persistência da colonialidade do poder e do saber, tal como discutido por autores de tradição decolonial como Quijano (2005), Spivak (2010) e Bhabha (2013), para quem a subalternidade não é apenas uma posição social, mas também epistêmica — marcada pela negação sistemática da capacidade de produzir conhecimento legítimo sobre si e seu território. Diante desse cenário, a divulgação científica pode exercer um papel transformador. Longe de ser apenas uma atividade de tradução do conhecimento técnico para o público leigo, ela constitui um espaço estratégico de mediação entre ciência, cultura e política. Bueno (2009) destaca que o jornalismo científico, quando realizado de forma crítica, pode favorecer o “processo de democratização do conhecimento científico” (p. 117), atuando contra a lógica de monopólio discursivo dos centros produtores de ciência.

No Brasil, a trajetória da divulgação científica é marcada por esforços isolados e descontinuidade institucional. Segundo Bueno (2009), a prática da divulgação tem se estruturado mais “pela abnegação de jornalistas e pesquisadores comprometidos com o interesse público do que por políticas de comunicação das instituições de ciência e tecnologia” (p. 118). Essa ausência de uma “cultura de comunicação científica” no país torna ainda mais urgente a construção de uma divulgação situada, que reconheça os contextos culturais e políticos dos territórios em que atua.

No caso da Amazônia, essa urgência se agrava. A região é constantemente objeto de estudos científicos que raramente retornam à comunidade local, criando um ciclo de extração de conhecimento semelhante à extração de recursos naturais. A divulgação científica, neste contexto, deve ir além da transferência unidirecional de informações: ela precisa construir espaços de escuta, diálogo e reconhecimento recíproco entre saberes acadêmicos e saberes tradicionais. A COP 30 impõe ao jornalismo o desafio ético e político de representar a Amazônia não como objeto de

conservação abstrata, mas como território vivido e complexo. Trata-se de uma oportunidade — e um teste — para a imprensa brasileira e internacional. Conforme aponta Costa (2024), “não basta garantir visibilidade à Amazônia; é preciso garantir visibilidade às Amazônias, múltiplas, plurais, em suas contradições e potencialidades” (p. 12). Isso implica em superar o monopólio das fontes oficiais, incorporar vozes comunitárias, e reconhecer os amazônidas como agentes do futuro climático e não apenas como vítimas ou guardiões da floresta.

No mesmo sentido, Bueno (2009) adverte que o jornalismo científico brasileiro precisa superar sua “posição de dependência em relação a fontes externas” (p. 122) e investir na valorização da produção científica nacional e periférica. Para ele, um dos grandes desafios contemporâneos é evitar o deslumbramento acrítico com os avanços tecnológicos e reconhecer os interesses econômicos e políticos por trás de muitas narrativas científicas. Isso é particularmente relevante quando se fala de Amazônia, uma região constantemente instrumentalizada por agendas internacionais que, sob o discurso da sustentabilidade, muitas vezes reproduzem lógicas de controle e exclusão.

A mediação jornalística da COP 30 será, portanto, uma arena decisiva. Os veículos de comunicação terão a chance de redefinir os marcos discursivos sobre a floresta, mas também arriscam reforçar estereótipos e centralizar as vozes do sul-sudeste urbano, técnico e institucional. O papel do jornalismo científico, neste ponto, é crucial: ao assumir uma postura crítica, ética e situada, ele pode ser vetor de visibilização da diversidade amazônica e de sua produção científica, cultural e política. Por fim, é necessário reconhecer que a luta pela justiça ambiental na Amazônia é também uma luta por soberania informacional. A construção de uma Amazônia que fale por si — como defendem Costa (2024) e Andrade (2010) — exige uma comunicação comprometida com a cidadania, com a pluralidade de vozes e com a valorização dos saberes historicamente silenciados. O jornalismo científico, nesse processo, não é apenas ferramenta de difusão, mas de resistência epistemológica.

A soberania informacional não se traduz apenas no direito de acesso à informação, mas também no direito de produzir e circular conhecimento sobre si. A COP 30 representa, assim, um marco que pode catalisar esse processo — desde que os agentes comunicacionais, incluindo jornalistas, cientistas e instituições, estejam dispostos a construir pontes e derrubar hierarquias entre os saberes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da COP 30 em Belém do Pará representa um marco simbólico e estratégico não apenas para o reposicionamento da Amazônia na geopolítica climática global, mas também para a revisão crítica das formas como a região e seus povos são historicamente representados, mediados e, por vezes, silenciados nos espaços de visibilidade pública. Neste cenário, o jornalismo científico surge como ferramenta estratégica para o reposicionamento epistêmico da Amazônia. Ao atuar na interface entre ciência, cultura e sociedade, a divulgação científica possui o potencial de traduzir e contextualizar conhecimentos, valorizando saberes locais e articulando diferentes formas de produção de sentido sobre o território. No entanto, para que essa prática seja efetivamente transformadora, é necessário que ela se comprometa com uma postura crítica, situada e participativa, que reconheça a Amazônia como território de sujeitos produtores de conhecimento, e não apenas como objeto de conservação ou intervenção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Rômulo de Paula. “Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta”: Getúlio Vargas e a revista “Cultura Política” redescobrem a Amazônia (1940-1941). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 5, n. 2, p. 453-468, 2010.

BHABHA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BUENO, Wilson da Costa et al. Jornalismo científico e dependência: o caso brasileiro. Brasília: CNPq; Intercom, 1982.

COP 30 no Brasil. 2025. Disponível em:

<<https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/missoes-internacionais/cop28/cop-30-no-brasil>>.

COSTA, Eduardo José Monteiro da. *Amazônia, Sustentabilidade e Soberania: estabelecendo a arena para os debates durante a COP 30 em Belém*. Paper do NAEA, v. 1, n. 1, 2024.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONDIM, Neide. A Invenção da Amazônia. São Paulo: Marco Zero, 1994.

LIMA, Ana Beatriz. *Divulgação Científica e Participação Comunitária na Amazônia*. *Revista Brasileira de Jornalismo Científico*, v. 10, n. 2, 2021.

PEREIRA, João. *Narrativas Amazônicas e o Papel da Mídia Local*. *Cadernos de Comunicação*, v. 15, n. 3, 2022.

SOUZA, Maria Clara. *Comunicação e Sustentabilidade na Amazônia: desafios e perspectivas*. *Revista Comunicação & Sociedade*, v. 42, n. 1, 2023.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar?. Belo Horizonte: UFMG, 2010.